diferencial concursos

SUAS

2022

300 QUESTÕES COMENTADAS SOBRE O SUAS

LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011
NOB/SUAS - PNAS - Arts. 203 e 204 da CF

APOSTILA DIGITAL

APOSTILA AMOSTRA

Para adquirir apostila de 300 QUESTÕES COMENTADAS SOBRE O SUAS – (LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS – Arts. 203 e 204 da CF)

acesse o site:

odiferencial concursos
www.odiferencialconcursos.com.br

SUMÁRIO

Apresentação.....3

Questões.....4

Respostas.....122

Bibliografia.....210

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS – Lei 8.742/93, juntamente com a NOB/SUAS e o PNAS vêm sendo exigidos nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. As instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

I. O Conselho Nacional de Assistência Social;

II. Os Conselhos Estaduais de Previdência Social;

III. O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

IV. Os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Está (ao) correta (s):

a) I, II e III

b) I, III e IV

c) II, III e IV

d) I, II, III e IV

e) II e IV

2. Com relação à Política Pública de Assistência Social no Brasil, é correto afirmar:

a) Os serviços e programas atingem um percentual pequeno da população que deveria ter acesso aos direitos.

b) Os fundamentos da Política Nacional da Assistência Social mantêm o viés tradicional, reforçando a prática assistencialista.

c) A tendência à estatização da Política de Assistência Social confronta o princípio de universalidade.

d) A passividade política presente na cultura da população brasileira é o principal elemento complicador para a efetividade do caráter democrático e descentralizado da Política de Assistência Social.

e) O Plano Nacional de Assistência Social superou o caráter compensatório dos programas e serviços, mas mantém a concepção de favor em detrimento da concepção de garantia de direitos.

3. Complete a lacuna.

O Peti tem abrangência nacional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, e tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a ..... em situação de trabalho.

( ) 16 (dezesseis)
( ) 18 (dezoito)

4. Acerca da Proteção Social Básica e Especial previstas na PNAS (Política Nacional de Assistência Social) podemos afirmar que:

a) Os programas, projetos e serviços são prestados diretamente pela Secretaria da Fazenda das Prefeituras.

b) A Proteção Social Especial se divide em três tipos, os quais são: baixa complexidade, média complexidade e alta complexidade.

c) O PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) faz parte dos serviços a serem prestados na proteção social básica.

d) Centros e grupos de Convivência para Idosos e o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência são os únicos itens que faltam para a proteção básica ser mais completa.

e) Na proteção básica estão previstos os serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens de 6 a 14 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

5. Complete a lacuna.

Os membros do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de .....

( ) 1 (um) ano
( ) 2 (dois) anos
( ) 3 (três) anos

6. Enumere as assertivas abaixo, utilizando (1) para os objetivos da Assistência Social e (2) para as diretrizes da Assistência Social, de acordo com a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e, em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.

( ) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

( ) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

( ) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à

velhice.

( ) A promoção da integração ao mercado de trabalho.

a) 1 – 2 – 2 – 1 – 1.

b) 2 – 1 – 2 – 1 – 1.

c) 2 – 2 – 2 – 1 – 1.

d) 1 – 1 – 1 – 2 – 2.

e) 1 – 2 – 1 – 2 – 1.

7. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

A União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão centralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

( ) FALSA.
( ) VERDADEIRA.

8. Sobre "Proteção Social", (NOB/SUAS) – podemos afirmar que sua linha de ocupação está nas vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e _____ que os cidadãos enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida.

a) parcerias.

b) riscos.

c) dúvidas.

d) deslizes.

e) relacionamentos.

9. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

( ) FALSA.
( ) VERDADEIRA.

10. A assistência social tem por objetivos, dentre outros, a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

I. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II. O amparo à todas as crianças e adolescentes;

III. A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

IV. A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e aos idosos com 65 (sessenta e cinco) anos.

Está (ao) correta (s):

a) I, II e III

b) I, II e IV

c) I e III

d) II e III

e) I, II, III e IV

11. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

Tendo em vista o financiamento da assistência social, a utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, semestralmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento.

( ) FALSA.
( ) VERDADEIRA.

12. Segundo a NOB/SUAS, a atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter _____ de proteção social.

a) protecionista.

b) amplo

c) preventivo.

d) democrático.

e) institucional

13. Referente à Politica Nacional de Assistência Social, apresentamos as seguintes afirmações:

I. O comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras vem mudando nos últimos anos. Chama a atenção o aumento da população de mães com idade acima de 65 (sessenta e cinco) anos.

II. Considerando as deficiências em geral, sua incidência está mais associada aos ciclos de vida, enquanto as incapacidades, as doenças mentais, paraplegias e as mutilações estão mais relacionadas aos problemas de nascença, acidentes e violência urbana, mais prevalente entre homens jovens.

III. De acordo com o Artigo primeiro da LOAS, " a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas."

IV. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou convivência familiar.

Sendo assim, assinale a alternativa CORRETA:

a) As afirmações I e IV estão incorretas.

b) A afirmação I está incorreta.

c) A afirmação IV está incorreta.

d) Todas as afirmações estão incorretas.

e) Todas as informações estão corretas.

14. A gestão social é, sobretudo, uma ação pública compromissada com os cidadãos de uma sociedade, com a finalidade de assegurar-lhes o acesso a bens e serviços qualificados, que permitam uma participação efetiva na vida em sociedade. O Conselho Nacional de

Assistência Social (CNAS), previsto na LOAS, é órgão superior de deliberação responsável pela coordenação da política nacional de assistência social. Conforme artigo 17, § 1º, da LOAS, o número de membros que compõe o CNAS é

a) 14.

b) 15.

c) 16.

d) 17.

e) 18.

15. Com relação ao art. 40-A da Le 8.742/93, julgue o item a seguir.

Os benefícios monetários decorrentes do disposto nos arts. 22, 24-C e 25 desta lei serão pagos preferencialmente ao homem responsável pela unidade familiar, quando cabível.

( ) FALSA.
( ) VERDADEIRA.

RESPOSTAS

1.

Resposta: B
Fundamento
Art. 16, I da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 16, II da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 16, III da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 16, IV da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

2.

Resposta: A
Comentário
A Assistência Social como política social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. Numa nova situação, não dispõe de imediato e pronto a análise de sua incidência. A opção que se construiu para exame da política de assistência social na realidade brasileira parte então da defesa de um certo modo de olhar e quantificar a realidade, a partir de: • Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir "os invisíveis", os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades. • Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrenta-los. • Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social. • Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual.

• Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possua. Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. Sob esse princípio é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental. O município, por sua vez, poderá ter territorialização intra-urbanas, já na condição de outra totalidade que não é a nação. A unidade sociofamiliar, por sua vez, permite o exame da realidade a partir das necessidades, mas também dos recursos de cada núcleo/domicílio.
Pg. 16 da PNAS

3.

Resposta: 16 (dezesseis)
Fundamento
Art. 24-C, § 1º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

4.

Resposta: C
Comentário
Art. 24-A, caput da Lei nº 8.742/1993 - LOAS

5.

Resposta: 2 (dois) anos
Fundamento
Art. 17, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

6.

Resposta: C
Comentário
Art. 5º, caput, I da Lei nº 8.742/1993 – LOAS
Art. 5º, caput, II da Lei nº 8.742/1993 – LOAS
Art. 5º, caput, III da Lei nº 8.742/1993 – LOAS
Art. 2º, caput, I, "a" da Lei nº 8.742/1993 – LOAS
Art. 2º, caput, I, "c" da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

7.

Resposta: F
Fundamento
Art. 12-A, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

8.

Resposta: B
Comentário
O pacto federativo, que sustenta o conteúdo do SUAS e de sua regulação por meio da NOB/SUAS, contém diversas dimensões que devem receber tratamento objetivo no processo de gestão, entre os quais se destacam: o conhecimento da realidade municipal, do Distrito Federal, estadual e nacional, quanto a presença e a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais da população; a distância entre a demanda de proteção social em face da rede socioassistencial existente e entre esta e aquela que se busca alcançar com a implementação do SUAS; a construção gradual de metas nos planos municipais, do Distrito Federal, estaduais e federal; o trato igualitário e eqüitativo dos municípios, dos estados e regiões nacionais e das micro-regiões dos estados; a defesa dos direitos socioassistenciais; o padrão de financiamento e o controle social. A NOB/SUAS é fundada em pacto entre os entes federativos – o que assegura a unidade de concepção e de âmbito da política de Assistência Social em todo território nacional, sob o paradigma dos direitos à proteção social pública de seguridade social e à defesa da cidadania do usuário. Assegura, ainda, a primazia e a precedência da regulação estatal sobre essa atividade pública, cuja dinâmica democrática sob controle social prevê a participação da população e da sociedade na formulação e controle das ações e o comando único das ações em cada esfera de governo. A proteção social de Assistência Social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. A proteção social de Assistência Social, em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia.
Pg. 7, NOB/SUAS

9.

Resposta: F

Fundamento
Art. 20, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

10.

Resposta: C
Fundamento
Art. 2º, caput, I, "a" da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 2º, **caput,** I, "b" da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 2º, caput, I, "d" da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
Art. 2º, **caput,** I, "e" da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais ***que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.(OU SEJA, NÃO É PARA QUALQUER IDOSO)***

11.

Resposta: F
Fundamento
Art. 30-C, caput da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

12.

Resposta: C
Comentário
A Assistência Social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros. A atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida levem à concretização de direitos humanos e sociais. De acordo com a PNAS/2004, são funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais.
Pg. 11, NOB/SUAS

13.

Resposta: B
Comentário
O comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras vem mudando nos últimos anos, com aumento da participação das mulheres mais jovens no

padrão de fecundidade do País. Chama a atenção o aumento da proporção de mães com idades abaixo dos 20 anos. Este aumento é verificado tanto na faixa de 15 a 19 anos como na de 10 a 14 anos de idade da mãe. A gravidez na adolescência é considerada de alto risco, com taxas elevadas de mortalidade materna e infantil. Considerando as deficiências em geral, sua incidência está mais associada aos ciclos de vida, enquanto as incapacidades, as doenças mentais, paraplegias e as mutilações estão mais relacionadas aos problemas de nascença, acidentes e violência urbana, mais prevalente entre homens jovens.
Art. 1º da Lei nº 8.742/1993 - LOAS
A proteção social de Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por garantias: - A segurança de acolhida; - A segurança social de renda; - A segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; - A segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; - A segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.
Pgs. 23 e 25 da PNAS; Pg. 12 da NOB/SUAS

14.

Resposta: E
Comentário
Art. 17, caput, § 1º da Lei nº 8.742/1993 – LOAS

15.

Resposta: F
Fundamento
Art. 40-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. ***Curso de Direito Constitucional***. 14ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2019.

MORAES, Alexandre de***. Direito Constitucional***: 35ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2019.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. ***Direito Constitucional Descomplicado.*** 18ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Editora Método, 2019.

MOTTA, Sylvio, ***Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões***, 28ª ed. – São Paulo: Editora Método, 2019.

LENZA, Pedro. ***Direito Constitucional Esquematizado***, 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. *Direito Administrativo*.** 32ª Ed. Editora Forense, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. ***Direito Administrativo Brasileiro***. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. ***Direito Administrativo Descomplicado.*** 27ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2019.

NOB SUAS - RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012: NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012: institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DECRETO Nº 7.788, DE 15 DE AGOSTO DE 2012: Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018: Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

LEI Nº 13.813, DE 9 DE ABRIL DE 2019: Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e sobre a gestão dos imóveis da União; extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA (FC); altera o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e as Leis nºs 9.497, de 11 de setembro de 1997, 9.636, de 15 de maio de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, 11.483, de 31 de maio de 2007, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e 10.233, de 5 de junho de 2001; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.649, de 27 de maio de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.483, de 31 de maio de 2007.

LEI Nº 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019: Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008.

LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020: Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

LEI Nº 13.985, DE 7 DE ABRIL DE 2020: Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

LEI Nº 14.176, DE 22 DE JUNHO DE 2021: Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de renda familiar **per capita** para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação social mediada por meio de videoconferência; e dá outras providências.

COMO ADQUIRIR

30,00	**300 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO SUAS – (LEI 8.742/93 (LOAS) - LEI 12.435/2011 – NOB/SUAS – PNAS - Arts. 203 e 204 da CF)**

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) PIX
CPF: 099.911.856.07
Favorecido: Giovanni Gomes Esteves
Banco: Caixa Econômica

B) Depósito em conta

Favorecido: Giovanni Gomes Esteves
Banco: Caixa Econômica
Agência: 3234(Governador Valadares-MG)
Operação: 013
Conta: 00000870-5 (poupança)

Envie para o nosso WhatsApp: (33) 99128-3429 o comprovante da transferência/depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua CAIXA DE ENTRADA, favor verificar nas pastas LIXO, QUARENTENA ou SPAM.

Maiores esclarecimentos:

WhatsApp: (33) 99128-3429

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

odiferencial concursos
www.odiferencialconcursos.com.br